

APLICABILIDADE DA EDUCAÇÃO CONTINUADA AOS POLICIAIS MILITARES DA SEDE DO 5º COMANDO REGIONAL - BARRA DO GARÇAS - MT

*Itamar Santos de Jesus*¹

RESUMO

O presente artigo visa responder ao seguinte questionamento: Quais os desafios enfrentados pelos policiais militares da Sede do 5º Comando Regional no atendimento das ocorrências na cidade de Barra do Garças - MT? Buscou-se identificar se a ausência de uma educação continuada que revise a legislação e as práticas operacionais ministradas no curso de formação dos policiais militares, constitui em um desses desafios. A atualidade e as implicações positivas para a Instituição demonstra sua relevância. Trata-se de uma pesquisa de cunho descritiva com abordagem qualitativa e quantitativa. As técnicas de coleta de dados foram bibliográfica, documental, pesquisa-participante e pesquisa de campo com questionários fechados. Finalizou-se com a falta de revisão da legislação, das práticas operacionais e das aulas de tiro como sendo o principal desafio enfrentado por eles no atendimento das ocorrências.

Palavras-Chave: *Barra do Garças - MT - Educação Continuada - Polícia Militar - Desafios, Legislação.*

ABSTRACT

This article aims to answer the following question: What are the challenges faced by military police headquarters of the 5th Regional Command in attendance of events in the city of Barra do Garças - MT? We sought to determine whether the lack of continuing education to review the legislation and operational practices taught in the training course of the military police, is one of these challenges. The present and the positive implications for the institution demonstrates its relevance. This is a descriptive nature of research with qualitative and quantitative approach. The data collection techniques were bibliographical, documentary, observation and field research with closed questionnaires. He ended up with the lack of review of legislation, operational practices and shooting lessons as the main challenge faced by them in meeting the occurrences.

Keywords: *Barra do Garças - MT - Continuing Education - Military Police - Challenges - Legislation.*

¹ Major da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso. Graduado no Curso de Formação de Oficiais da Academia de Polícia Militar Costa Verde, Bacharel em Direito pela Universidade Cruzeiro do Sul - São Paulo.

INTRODUÇÃO

O presente estudo traz como tema: Aplicabilidade da Educação Continuada aos policiais militares da Sede 5º Comando Regional - Barra do Garças - MT.

A Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, como qualquer outra polícia brasileira, tem sua missão claramente definida na Constituição Federal, em seu Art. 144, §5º, qual seja, a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública. Sabe-se que a nenhum outro órgão de segurança pública, a Lei Maior incumbiu à árdua e difícil responsabilidade de preservar a ordem pública.

Missão esta que, conforme o significado acima exposto, não é tarefa fácil. Pois, na teoria, é muito fácil de assimilar tal incumbência, mas, na prática, os policiais militares encontram vários desafios para cumpri-la de forma satisfatória: falta de armamento, equipamento, combustível, carga horária excessiva, estresse, entre outros. Além disso, a falta de uma revisão no conteúdo que foi ministrado em seu curso de formação, também será um desafio que ele encontrará quando for solicitado para atender uma ocorrência. E, devido ao aumento da criminalidade por todo país, muitas ocorrências policiais acontecem todos os dias.

Barra do Garças - MT é uma das cidades polos dos quinze Comandos Regionais nos quais a Polícia Militar do Estado de Mato Grosso está administrativamente dividida para melhor organização operacional. Como também, dentro da região em que se encontra, ou seja, no Leste do Estado de Mato Grosso, é a que possui maior população e fluxo financeiro, sem falar em seu melhor sistema de saúde, educacional e emprego. Além disso, possui, segundo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a oitava maior população de Mato Grosso.

A atualidade do tema e o fato da grande necessidade de uma educação que continue e revise aquilo que foi ensinado aos policiais militares em seu curso de formação para que, assim, possam prestar serviços de melhor qualidade à população local, nos motivaram a escrever sobre o assunto e a problematizá-lo da seguinte forma: Quais os desafios encontrados pelos policiais militares da Sede do 5º

Comando Regional no atendimento das ocorrências na cidade de Barra do Garças - MT?

Assim exposto, este estudo tem como objetivo identificar se um dos principais desafios encontrados pelos policiais militares da Sede do 5º Comando Regional no atendimento das ocorrências na cidade de Barra do Garças - MT está relacionada a ausência de uma educação continuada que revise a legislação e práticas operacionais.

Diante dos objetivos desta pesquisa, a metodologia quanto à natureza será a aplicada, tendo em vista que objetiva gerar conhecimentos novos úteis para aplicação prática dirigida para problemas específicos, envolvendo verdades e interesses locais; quanto aos objetivos será descritiva, tendo em vista que a pesquisa será orientada para registrar, classificar e interpretar fatos que ocorrem com os policiais militares da cidade de Barra do Garças - MT;

Quanto a abordagem será quantitativa e qualitativa, já que os recursos a serem utilizados serão a estatística e coleta de dados de forma direta, o qual nos levará a traduzir em números os conhecimentos adquiridos, sem levar em conta outras variáveis complexas da realidade social; quanto aos procedimentos será utilizada a pesquisa bibliográfica, documental e a de campo, sendo que para esta será utilizado como instrumentos de coleta de dados questionários com perguntas fechadas e a observação direta intensiva (observação). A população a ser analisada será os policiais militares da Sede do 5º Comando Regional que trabalham na área operacional, constituindo, assim, em aproximadamente 80 (oitenta) policiais militares.

Num primeiro momento, abordaremos sobre alguns aspectos históricos da Sede do 5º Comando Regional, o qual está localizado na cidade de Barra do Garças - MT. Por conseguinte, veremos a atribuição da Polícia Militar na Constituição Federal e em outros dispositivos infraconstitucionais. Ato contínuo, abordaremos sobre quais os principais desafios que os policiais militares enfrentam no atendimento das ocorrências policiais. Logo após, discorreremos sobre os conceitos de educação continuada e suas ferramentas. Dando continuidade, discorreremos sobre os resultados do questionário que foi aplicado aos policiais militares que trabalham no serviço operacional na cidade de Barra do Garças - MT, contendo 05 perguntas

direcionadas para os objetivos da pesquisa. Em seguida, faremos uma análise sobre os principais desafios encontrados pelos policiais militares da cidade de Barra do Garças - MT no atendimento das ocorrências e a educação continuada. E, finalizaremos fazendo uma abordagem geral de tudo aquilo que foi tratado no presente artigo, de forma organizada, condensada e com sugestões.

1. ASPECTOS HISTÓRICOS DO 5º COMANDO REGIONAL

O atual 5º Comando Regional² da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, sediado na cidade de Barra do Garças - MT, foi oriundo de várias reestruturações que foram surgindo ao longo da história do 2º Batalhão de Polícia Militar, sendo que este originou-se da 4ª Companhia de Polícia Militar do 1º Batalhão de Polícia Militar, o qual tem sede em Cuiabá - MT.

Em 1973, fruto de novas mudanças ocorridas na Polícia Militar, foi criado a 1ª Companhia Independente, com sede na cidade de Barra do Garças - MT, por meio do Decreto 1.468, datado de 08 de maio daquele ano. Resultado das migrações do Sul do país, Barra do Garças - MT teve sua formação e, posteriormente, emancipação, devido fluxos intensos de pessoas que vieram colonizar o território, o que, por conseguinte, trouxe o desenvolvimento de plantações de arroz e outros produtos, tais acontecimentos fizeram com a cidade fosse conhecida pelo mundo afora.

O crescimento populacional foi tão expressivo que o governo resolveu por meio do Decreto nº 1474, de 29 de julho de 1985, ampliar o efetivo e, conseqüentemente, elevar a 1ª Companhia Independente para uma categoria funcional mais abrangente, sendo assim, foi criado o 2º Batalhão de Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, o qual começou a operar efetivamente no dia 1º de janeiro de 1986. Como visto, a cidade de Barra do Garças - MT foi uma das primeiras a receber

² Hoje, a Polícia Militar do Estado de Mato Grosso é dividida em quinze Comandos Regionais. Estes são divididos em batalhões que, por sua vez, são divididos em companhias. Estas são divididas em pelotões, estes subdivididos em núcleos policiais. Esses são os nomes dados às unidades militares, sendo que, geralmente, um núcleo possui cerca de oito policiais militares; um pelotão, trinta e três; uma companhia, noventa e nove; um batalhão, mil policiais; um comando regional possui, em regra, vários batalhões. Mas, a realidade da Polícia Militar de Mato Grosso não segue esse padrão, tendo em vista que não há efetivo suficiente. O 5º Comando Regional possui aproximadamente duzentos e setenta policiais militares, ou seja, nem mesmo o efetivo de um batalhão.

batalhões da Polícia Militar, porquanto recebeu o 2º Batalhão e permanece até hoje com o mesmo nome.

Como parte de novas reestruturações, o Governo do Estado de Mato Grosso resolveu dar nova Organização Operacional à Polícia Militar. Sendo assim, criou os Comandos Regionais, os quais são unidades militares de maior hierarquia compostas de outras subunidades (batalhões, companhias, pelotões ou núcleos, nessa ordem, do mais abrangente para o menos abrangente) presentes em uma cidade ou conjunto de cidades, comandados pelo oficial no mais alto posto, ou seja, por um coronel da Polícia Militar.

Através do Decreto 988, de 23 de julho de 2003, foram criados os Comandos Regionais com sedes em Cuiabá (1º Comando Regional), Várzea Grande (2º Comando Regional), Sinop (3º Comando Regional), Rondonópolis (4º Comando Regional), Barra do Garças - MT (5º Regional), Cáceres (6º Comando Regional) e Tangará da Serra (7º Comando Regional).

Com suas atividades operacionais e administrativas iniciadas no ano de 2004, o 5º Comando Regional abrangia diversas cidades: General Carneiro (a 450 km de Cuiabá) a Vila Rica (a 1280 km de Cuiabá), isto é, a área era maior do que muitos países europeus. Depois, houve outras reestruturações administrativas criando os Comandos Regionais de Vila Rica e Água Boa. Isso fez com que diminuísse muito o número de unidades militares do 5º Comando Regional, que abrange, hoje, as cidades de General Carneiro, Araguaiana, Ribeirãozinho, Torixoréu, Pontal do Araguaia, Novo São Joaquim e Barra do Garças, na qual está a Sede. Em suma, todas localizadas no Leste do Estado de Mato Grosso.

A localização da Sede em Barra do Garças se justifica, tendo em vista que, conforme já foi mencionado, foi uma das pioneiras a sediar batalhões da Polícia Militar e ainda preserva tal necessidade. Bem como, dentre todas as cidades supracitadas, é a maior tanto em extensão territorial quanto em população da região. Possui também inúmeros estabelecimentos comerciais e educacionais: bancos, lotéricas, postos de gasolina, frigoríficos, supermercados, bares, restaurantes, farmácias, universidades, entre outros. Com isso, conclui-se que é uma cidade muito atraente economicamente, sendo que este é um dos principais motivos de migração em todo o mundo.

Por essas e outras características, como também por estar nas proximidades de várias cidades do Estado de Goiás, é que Barra do Garças - MT sofre com o aumento da criminalidade nos últimos anos, o que requer dos policiais militares não somente uma formação como se fosse algo pronto e acabado, mas um aperfeiçoamento sobre aquilo que lhes foram ensinados em seu curso de formação.

Hoje, a Sede possui aproximadamente oitenta policiais militares trabalhando no serviço operacional nas ruas e avenidas da cidade, sendo que, por turno de serviço de doze horas, entram aproximadamente vinte policiais e são empregadas nove viaturas.

Atualmente, a Polícia Militar está dividida em quinze Comandos Regionais, sendo que cada cidade polo abriga a respectiva sede do Comando Regional. Ou seja, dentro desse raciocínio, Barra do Garças - MT, além de sua importância regional, também possui relevância para o governo do Estado de Mato Grosso, pois, os Comandos Regionais são criados por lei estadual, cuja iniciativa é do executivo. Além disso, ela possui a oitava maior população do Estado, de um total de 142 (cento e quarenta e dois) municípios.

Por tudo isso, é interessante se estudar o efetivo policial que trabalha nessa cidade, já que, dependendo da experiência que se conseguir com o referido efetivo no que tange a atualização, treinamento, reciclagem e revisão das práticas operacionais e legislação, poder-se-á expandi-la para os outros Comandos Regionais, porquanto, de forma geral, os desafios encontrados pelos policiais militares do Estado de Mato Grosso são os mesmos.

2. ATRIBUIÇÃO DA POLÍCIA MILITAR NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 E EM OUTROS DISPOSITIVOS LEGAIS

A Constituição Federal em seu Art. 144, §5º, assim dispõe “Cabem às Polícias Militares a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública”.

A Ordem Pública é uma expressão cujo significado abarca várias interpretações. Por isso, muitos estudiosos discordam quanto ao seu significado real. Mas, apesar das divergências, todos concordam que sua finalidade precípua é harmonia social e tranquilidade pública, tendo por consequência a paz social.

Segundo o regulamento para as Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares (R-200) e o Decreto 88.777/83:

Ordem Pública é o Conjunto de regras formais, que emanam do ordenamento jurídico da Nação, tendo por escopo regular as relações sociais de todos os níveis, do interesse público, estabelecendo um clima de convivência harmoniosa e pacífica, fiscalizado pelo poder de polícia, e constituindo uma situação ou condição que conduza ao bem comum (BRASIL, 1983).

Conforme se depreende do texto acima, o conjunto de regras formais pode-se dizer que é um conjunto de normas jurídicas, ou seja, leis, regulamentos, portarias, entre outros dispositivos.

O objetivo é regular as relações sociais de todos os níveis de interesses público. Deste pequeno trecho, por uma interpretação meramente gramatical, verifica-se uma especial finalidade naquele conjunto de regras formais, isto é, estabelecer certo controle nas relações que as pessoas têm umas com as outras: seja na rua, na escola, no trabalho, no ônibus, na fila do banco, enfim, onde quer que se encontrem duas ou mais pessoas. Como se observa, não é nada fácil cumprir concretamente o que se espera do conceito de Ordem Pública.

Outro objetivo é estabelecer um clima de convivência harmoniosa e pacífica, fiscalizado pelo poder de polícia. Sabe-se que em uma sociedade tão diversificada como a nossa, não é tarefa fácil estabelecer um clima de convivência harmoniosa e pacífica, já que é natural que as pessoas mais expertas tentam ludibriar as mais ingênuas, as mais poderosas financeiramente tentam humilhar as mais pobres, o mais forte tenta dominar o mais fraco fisicamente, enfim, quase sempre estamos diante de uma desigualdade, sendo que aquele que está em uma situação de vantagem tenta usá-la para, ao alvedrio da lei, sobressair-se àqueles que não possuem tal característica.

O conceito traz que é fiscalizado pelo poder de polícia. E este, segundo o Código Tributário Nacional:

Art. 78. Considera-se poder de polícia atividade da administração pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização do

Poder Público, à tranquilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos (BRASIL, 1966).

Conforme o texto, o poder de polícia é uma atividade muito ampla, mas logo de início, verifica-se que seu conceito se materializa na limitação ou disciplina de direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de fato. Assim, deduz-se que, por intermédio do poder de polícia, o Estado regula a vida em sociedade, ou seja, sempre buscando o bem comum, o bem de toda a coletividade, em detrimento do interesse particular.

Como também, conforme se depreende dos textos supramencionados, a Constituição Federal incumbiu a Polícia Militar de missão árdua, espinhosa, difícil, mas relevante, para que a harmonia e paz sejam estabelecidas. Apesar de que no plano abstrato é quase que impossível se chegar ao estado completamente harmonioso e pacífico, mas, no plano concreto, é possível manter o mínimo de organização social para se viver numa situação de estabilidade, ou seja, tenta-se garantir, pelo menos, os direitos ditos fundamentais pela Constituição Federal: vida, liberdade, segurança, propriedade, entre outros.

Sabe-se que as instituições, na verdade, não existem no plano concreto. O que realmente existe são seres humanos fazendo o papel dessas pessoas jurídicas, sendo que estas só existem numa ficção jurídica, apenas para fins de organização administrativa, tributária, ambiental, entre outras. Assim, o foco de toda mudança deve ser voltado para as pessoas físicas que, diga-se de passagem, imputam uma responsabilidade às pessoas jurídicas.

Dessa forma, policiais militares devem ter um conhecimento muito apurado a respeito da legislação pátria e estarem atualizados para o seu correto emprego, já que, todas as suas ações devem seguir aquilo que está escrito em uma norma que servirá de respaldo para elas. E como se sabe, em nosso país existem milhares de normas jurídicas: a Constituição Federal, leis, decretos, decretos legislativos, entre outras, isso só no âmbito federal. Sem falar que os Estados e Municípios brasileiros podem editar suas próprias leis, ou seja, possuem a autonomia.

No aspecto operacional, os policiais militares atendem vários tipos de ocorrências. Estas têm o significado de todo fato que possa afetar a ordem pública,

exigindo, assim, a intervenção policial por meio de suas ações ou operações. Essa intervenção, na maioria das vezes, é descrita em um documento, o qual subsidiará a atuação de outros órgãos como o delegado de polícia, o juiz e o membro do Ministério Público.

Desde uma simples abordagem, ou seja, o ato do policial militar poder solicitar a identificação das pessoas e interrogá-las acerca de determinada situação suspeita ou até proceder à busca pessoal em quem estiver em fundada suspeita, até em uma troca de tiro com cidadãos infratores, o policial deve estar bem formado, treinado e condicionado para o bom desempenho dessa missão. Caso esses atributos não estejam bem consolidados, muitos prejuízos poderão advir para o policial militar e, conseqüentemente, para a Polícia Militar, ou até mesmo para o cidadão.

O abuso de autoridade acontece quando o policial militar vai além daquilo que a lei lhe permite. Quando, por exemplo, entra em casa alheia sem as condições em que a Constituição Federal o autoriza, abusou do seu poder. Isso pode ser resultado da falta de uma revisão e atualização dos conhecimentos acerca do que se constitui casa, qual a norma que regula a matéria, quais são os novos julgados acerca do assunto, entre outros aspectos jurídicos que poderiam ter-lhe auxiliado para tomar a referida decisão.

Como também, pode ser que, em uma determinada ocorrência, o cidadão infrator esteja armado e se depara com um policial militar. Nessa circunstância, sabemos que poderão acontecer várias situações. Mas, hipoteticamente, digamos que o policial agiu corretamente dizendo para o cidadão infrator largar a arma e colocar as mãos sobre a cabeça, conforme prevê o Manual de Procedimento Operacional Padrão da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso³. Porém, o cidadão não largou a arma e ainda atirou contra o policial. Nesse exato momento, o policial dispara contra o cidadão. Como os dois estão disparando um contra o outro, obviamente, desconsiderando outros fatores que influenciam a ação dos dois, de forma geral, quem estiver tecnicamente melhor, provavelmente, obterá êxito.

³ O Manual de Procedimento Operacional Padrão - POP foi adotado desde 2009 pela Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, o qual é dividido em seis módulos, sendo que neles são tratados de como o policial militar deve atender às diversas ocorrências policiais. Desde uma simples abordagem a um assalto a banco são abordados no POP. O objetivo é padronizar as ações policiais em todo o Estado e dar um maior respaldo técnico e legal às ações policiais, evitando, dessa forma, o famoso "achismo".

A partir desses exemplos hipotéticos e com base na crescente onda de criminalidade que assola o nosso país é que levantamos e discorremos sobre a relevância da revisão, do treinamento e da atualização das técnicas policiais e do tiro defensivo à vida, matérias que são ensinadas nas academias de polícia, convergindo, assim, para uma qualificação mais sólida do policial militar.

3. DESAFIOS ENCONTRADOS PELO POLICIAL MILITAR

Partindo do pressuposto de que o curso de formação dos policiais militares em todo o país dura em média de seis a nove meses e de que essa formação é composta de uma malha curricular advinda da Secretaria Nacional de Segurança Pública, observamos que, de modo geral, há uma generalização do que é ensinado aos referidos policiais, pelo menos, no que tange a quantidade de disciplinas.

Como é cediço, depois que o policial militar se forma nas academias de polícia militar do Estado de Mato Grosso, não há revisão, sequer, periodicamente, daquelas disciplinas em que o policial mais utilizará no atendimento das ocorrências policiais. Isso é algo rotineiro.

Entre os vários problemas⁴ que são encontrados pelos policiais militares na execução de seu serviço, observamos que muitos estão relacionados a problemas de cunho logístico, tais como: falta de viatura, falta de armamento, falta de coletes balísticos, entre outros. Alguns a questões de ordem administrativa: excesso da carga horária de trabalho, tempo de descanso insuficiente, não concessão de férias no tempo regulamentar, entre outros. E, por último, os que envolvem questões mais complexas e de difíceis constatações: problemas psicológicos e psiquiátricos que acometem parcelas consideráveis de policiais.

Diante o exposto, verifica-se que a grande maioria delas está relacionada com questões estruturais. Ou seja, basta um planejamento realizado pelo governo e um investimento suficiente para a compra de armamentos e equipamentos ou melhorar a escala de serviço que quase todas serão dirimidas. Em suma, é algo que se resolve com simples previsão do orçamento e caixa suficiente para executá-lo.

Quanto à escala de serviço, o novo Estatuto da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, Lei Complementar 555, de 29 de dezembro de 2014, regularizou a jornada de trabalho, sendo que o policial tem um mínimo de horas de descanso, não podendo ser empregado no serviço durante seu período de descanso, exceto em casos excepcionais: calamidade pública, guerras, comoção interna, entre outros.

Contudo, quase sempre, não se estudam ou trabalham as questões relacionadas à revisão e consolidação daquilo que foi ensinado no curso de formação aos policiais militares. Estes são os protagonistas de toda e qualquer ação, já que são eles que fazem o papel do Estado preservando a ordem pública.

Entre as muitas áreas temáticas do conhecimento elaboradas pela Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP, as quais são indispensáveis à formação do profissional de segurança pública, e que são ministradas aos policiais militares em seu curso de formação, quais sejam: Sistemas, Instituições e gestão integrada de segurança pública; Violência, Crime e Controle Social; Cultura e Conhecimentos Jurídicos; Modalidade de Gestão de Conflitos e Eventos Críticos; Valorização Profissional e Saúde do Trabalhador; Comunicação, Informação e Tecnologias em Segurança Pública; Cotidiano e Prática Policial Reflexiva; Funções Técnicas e Procedimentos em Segurança Pública, no serviço operacional, as que ele mais utilizará para o desempenho de suas funções são a Cultura e conhecimentos Jurídicos e Funções técnicas e Procedimentos em Segurança Pública. Isso porque, logo após a formação do policial militar, o seu serviço passa a ser eminentemente técnico e braçal.

Diante desses desafios que foram mencionados e comentados nos parágrafos anteriores, os prejuízos que eles têm trazido para a vida profissional do policial são difíceis de mensurar por vários motivos, mas, de forma geral, pode-se dizer que o trabalho policial militar, em tese, com a revisão do procedimento operacional padrão e consolidação e atualização da legislação pátria, melhoraria a eficiência do serviço prestado.

4. ENTENDENDO A EDUCAÇÃO CONTINUADA

Na sociedade em que vivemos, sem dúvida, o policial militar desempenha um papel fundamental na organização dela e, também, no desempenho de suas inúmeras atribuições, contribui para que os outros setores públicos ou privados possam funcionar regularmente. Assim, evidencia-se o quanto é importante a qualificação desse profissional da Segurança Pública, o qual tem um contato direto e diariamente com o cidadão.

Há tempos vem sendo desenvolvida, em várias categorias profissionais, a ideia de além de formar o colaborador, o servidor, o funcionário, é preciso que essa formação sofra um processo de continuidade, a fim de melhorar ainda mais o serviço prestado por aqueles profissionais, contribuindo, assim, para o aumento da produtividade deles e, conseqüentemente, das instituições das quais fazem parte.

Educação continuada⁵ é um conceito que não é novo, mas que, devido a sua relevância no mundo do trabalho, vem ganhado força no mundo todo, principalmente, na área da saúde, tendo em vista que esta, assim como a policial, requer muita dedicação, compromisso e conhecimento apurado, porquanto lida constantemente com pessoas.

Como também, há muito que vem sendo utilizada na área da enfermagem. Desde meados de 1963, os profissionais dessa área, paulatinamente, vêm crescendo em números de usuários da ferramenta da educação continuada, com o objetivo de aprimoramento de suas técnicas e melhoria da qualidade do serviço prestado.

Segundo Silva et al (1989, p. 9 e 10), a educação continuada deve ser entendida como:

Conjunto de práticas educacionais planejadas no sentido de promover oportunidades de desenvolvimento do funcionário, com a finalidade de ajudá-lo a atuar mais efetivamente e eficazmente na sua vida institucional. ... a educação continuada está voltada para melhorar ou atualizar a capacidade do indivíduo, em função das necessidades dele próprio e da instituição em que trabalha (SILVA E TAL 1989).

⁵ A educação continuada é apenas uma das inúmeras formas de aprendizagem utilizadas atualmente. Existem outras como a educação permanente, formação permanente, entre outras, que auxiliam na formação dos alunos nas escolas de ensino superior, principalmente.

Esse conceito traz nitidamente qual seria a finalidade da educação conforme se pode inferir do conceito elaborado pela eminente autora, a educação continuada tem como finalidade ajudar o funcionário a atuar mais efetivamente e eficazmente na sua vida institucional, bem como melhorar e atualizar a capacidade do indivíduo.

Com isso, verifica-se o quanto é importante para a Polícia Militar investir nessa seara da educação para os seus policiais militares, já que desta sociedade espera uma gama de atribuições que somente poderá ser desenvolvida com satisfação, se houver a atualização constante daquilo que lhe foi ensinado quando estava em seu curso de formação, partindo do pressuposto de que esses conhecimentos são necessários e suficientes para o bom exercício de suas atribuições.

Ainda segundo a autora, dentro do conceito apresentado, essa prática da educação continuada trará para a instituição satisfação, motivação, conhecimento, maior produtividade e otimização dos serviços (SILVA et al, 1989, p.10). Em suma, o policial militar terá mais confiança na execução de seu serviço e sua produtividade será maior, trazendo, a princípio, maior satisfação para a população.

Segundo alguns autores, a educação continuada pode ser conceituada como um conjunto de práticas que são necessárias para o desenvolvimento do indivíduo, tornando-o, conseqüentemente, mais qualificado para atuar na sua função e na vida institucional (DILLY e JESUS, 1995). Ou seja, nesse viés, a educação continuada é tão aprofundada que beneficia não somente a vida profissional do policial militar, mas também outros aspectos de sua vida social, facilitando, sua capacidade absorção do conhecimento.

Segundo o entendimento da Organização Pan-Americana da Saúde - OPAS (apud RODRIGUES, 1984, p. 130), diz ser a "educação continuada um processo permanente que se inicia após a formação básica e está destinado a atualizar e melhorar a capacidade de uma pessoa ou grupo, frente às evoluções técnico-científicas e às necessidades sociais".

Conforme se depreende do conceito apresentado pela Organização, a formação básica precede a educação continuada. Mas, o interessante continuada, ou seja, dar um tratamento diferenciado ao grupo, tendo em vista que a sociedade exige melhorias em um referido campo específico. Assim, se essa sociedade passa por

mudanças em algum dos seus vários aspectos: econômico, político, comportamental, entre outros, isso requer, na maioria das vezes, um estudo e uma nova atuação por parte daquele que lhe presta um serviço. Enfim, toda mudança gerará necessariamente outras mudanças.

Por exemplo, a Lei 6.368/73 instituía que o uso de entorpecente era crime punido com pena de reclusão, isto é, a pessoa poderia ficar se condenada fosse, encarcerada, popularmente, presa. Essa Lei vigorou até o ano de 2006, quando foi publicada a Lei 11.343, a qual foi chamada vulgarmente, de lei de drogas. Essa nova Lei mudou a punição antes aplicada pela Lei 6.368/73. A partir dela, o usuário de entorpecente não ficaria mais preso, porém, nesse caso, submetido a penas de advertência, prestação de serviço à comunidade e, no máximo, pagaria multa, mas, não ficaria, em hipótese alguma, encarcerado como dantes. Assim, com a nova Lei de drogas, houve uma significativa mudança no tratamento que deveria ser dado ao usuário de entorpecente, bem como trouxe vários outros aspectos importantes para sua correta aplicação.

Imaginemos o policial militar que tenha se formado no ano de 1990, o qual, em 2006, teria 26 anos de serviço. Presume-se que ele apresentaria algumas dificuldades no atendimento de ocorrências envolvendo entorpecentes, pois, o tratamento dado ao preso agora deveria ser diferente, já que, nesse caso, não haveria prisão em flagrante, a qual é uma das formas pela qual o indivíduo permanecerá encarcerado cautelarmente. Por isso, nesse caso, a sociedade exige uma mudança de paradigma e isso requer atualização do conhecimento do profissional para que ele possa empregar a norma da forma correta, sem se omitir e sem exceder em suas ações.

O professor Lomônaco (apud ZAYAS, 2012) diz que: “Educação continuada destaca-se como instrumento por meio do qual os indivíduos buscam manter-se atualizados numa sociedade que muda muito mais rapidamente do que em décadas passadas”. Esse conceito corrobora com o que foi dito anteriormente quanto à necessidade de que o profissional esteja atualizado para que possa verdadeiramente empregar seus conhecimentos em tempo oportuno, ou seja, acompanhar as mudanças pelas quais a sociedade passa.

Observando de uma forma mais abrangente Christov (1998, p.9) escreve:

A expressão “educação continuada” traz uma crítica a termos anteriormente utilizados tais como: treinamento, capacitação, reciclagem que não privilegiavam a autonomia intelectual do professor, uma vez que se baseavam em propostas previamente elaboradas a ser apresentadas aos professores para que as implementassem em sala de aula (CHRISTOV 1998).

Como podemos aduzir dessa breve explanação, a educação continuada é muito mais abrangente do que os métodos tradicionalmente utilizados no ensino. Com isso, segundo o texto, o professor terá maior autonomia intelectual, o que supõe que poderá se valer de outros métodos para chegar ao seu objetivo.

A educação continuada traz muitos benefícios para as instituições que a adotam, apesar de tratar-se de uma ferramenta em que tem que haver sustentabilidade na sua aplicação, tendo em vista que seus resultados só serão vistos depois de certo tempo. Dentro desse raciocínio, Marioti (1999, p.50) escreve:

A educação continuada organizacional faz parte de uma visão de negócios sistêmica, complexa e sustentada. Seus efeitos são duradouros, porque ela não se interrompe depois de iniciada. Conclui-se daí que os melhores resultados aparecerão sempre a longo prazo. Mais ainda, não podem ser avaliados por critérios apenas numéricos (MARIOTI 1999).

Pelos conceitos e exemplos citados, observamos que a educação continuada já é uma realidade em muitos setores públicos e privados, e que sua aplicação tem grande probabilidade de apresentar resultados satisfatórios. Assim, seria uma experiência muito significativa sua implementação na Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, em particular, aos policiais militares de Barra do Garças - MT, já que, poderia ser a pioneira e ter-se-ia um parâmetro para o emprego em outros comandos regionais.

5. FERRAMENTAS DA EDUCAÇÃO CONTINUADA

Segundo os autores que trabalham a educação continuada, não há uma ferramenta específica e exclusiva que deve ser utilizada para se alcançar o objetivo a que ela se propõe.

Como se sabe, vivemos em uma época em que há imensa disseminação de conhecimentos informatizados por toda parte. Isso, de modo geral, facilita o aprendizado dos usuários, já que, mesmo estando em sua residência, poderá ter acesso a dados, informações e conhecimentos sobre o que desejar. Como também, há inúmeros cursos técnicos e superiores que são ministrados pela rede mundial de computadores - Internet.

Outros métodos de ensino poderão ser utilizados como ferramentas da educação continuada: blogs, chats, fóruns de discussão, mídias sociais, serviços de armazenagem nas nuvens, entre muitos outros, pois, o objetivo é dar continuidade naquilo que foi ensinado ao policial militar e todas as técnicas de ensino possuem peculiaridades importantes para o alcance do objetivo dela.

6. PRINCIPAIS DESAFIOS ENCONTRADOS PELOS POLICIAIS MILITARES

Nesta seção, apresentaremos os resultados da pesquisa, cujo instrumento de coleta de dados foi um questionário composto por 05 questões que abordam os nossos objetivos específicos, indo desde o conhecimento do público interno, passando pelas investigações de quanto tempo se formou, até a percepção dos resultados vistos sob a ótica do policial militar, buscando mensurar quantitativamente quais os principais desafios encontrados pelos policiais militares da Sede do 5º Comando Regional - no atendimento das ocorrências na cidade de Barra do Garças-MT.

O efetivo policial militar que trabalha na cidade Barra do Garças - MT é de aproximadamente 80 policiais militares. A escala de serviço do policial é por turno de serviço, sendo que o policial trabalha um período de doze horas que vai das sete horas às dezenove horas e daí folgará vinte e quatro horas. No outro dia, entrará às dezenove horas e trabalhará até às sete horas e folgará quarenta e oito horas.

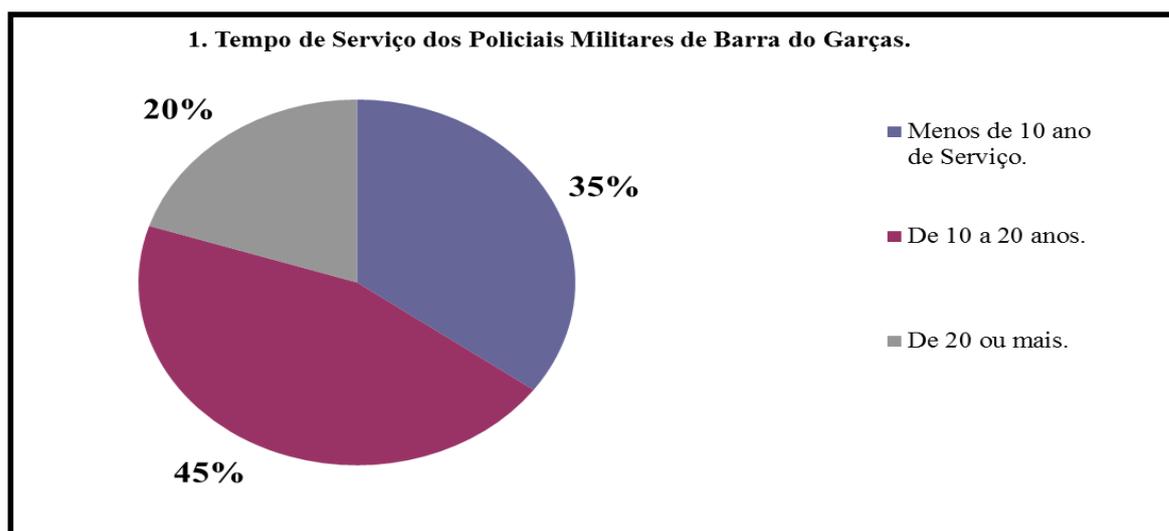
Apesar de que a Polícia Militar por muitos anos não tinha uma escala de serviço fixa como aquela apresentada no parágrafo anterior, sendo que a escala de serviço era 24 por 24, ou seja, o policial trabalhava vinte e quatro horas e folgava vinte quatro horas, hoje, em quase todas as Unidades Militares, as escalas seguem

aquele padrão, trazendo, assim, maior humanização na vida laboral do policial militar, bem como diminuindo os problemas de cunho psicológico que tanto os assolavam.

Sendo assim, para acabar com essa escala desumana e instável, uma vez que o policial trabalhava metade do ano, sendo que muitas vezes não gozava suas férias regulamentares, no ano de 2014, foi publicada a Lei Complementar Estadual 555, de 29 de dezembro de 2014, o Estatuto dos Militares Estaduais de Mato Grosso, o qual trouxe em seus dispositivos o estabelecimento de um mínimo de folga que o policial deve ter após seu serviço ordinário.

Dentro desses aspectos, foram elaboradas as perguntas a seguir.

Figura 1: Tempo de serviço prestado na Polícia Militar do Estado de Mato Grosso



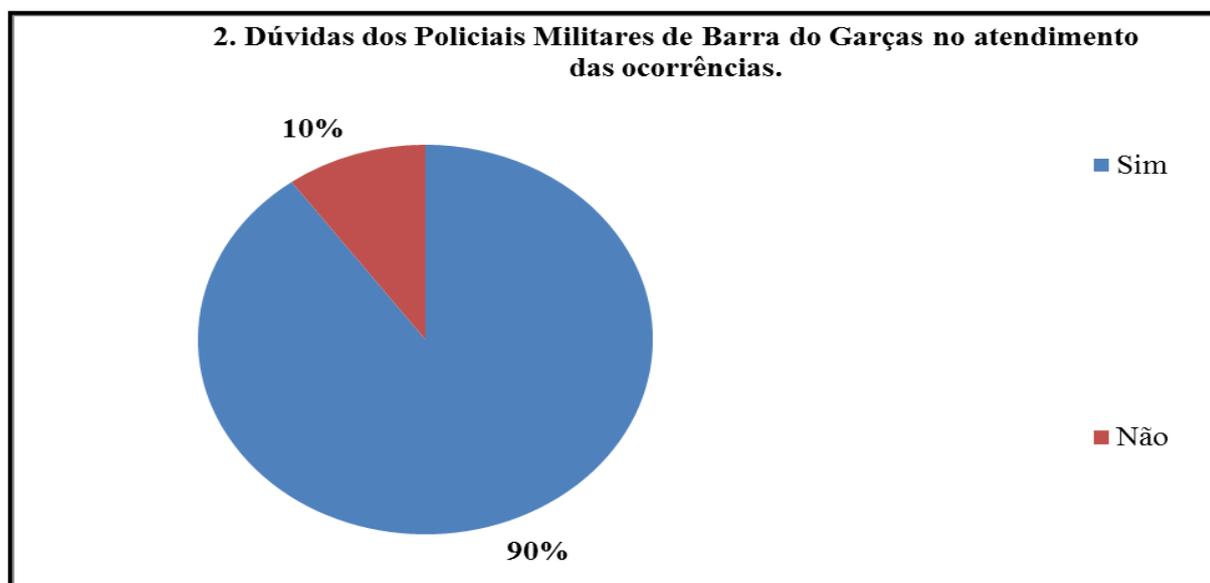
Fonte: Pesquisa de campo

Conforme se verifica no gráfico, 65% dos policiais militares que trabalham no serviço operacional na cidade de Barra do Garças - MT possuem mais de dez anos de serviços prestados, o que requer muito conhecimento para a correta aplicação da lei, já que nos últimos dez anos observamos muitas mudanças na legislação brasileira, principalmente, na área penal, a qual, na imensa maioria das vezes, é a área do Direito em que o policial mais é solicitado, devido a crescente onda da criminalidade em todo o país.

Dentro dessa perspectiva, observamos, também, que 20% desses policiais estão com quase três décadas de serviços prestados, passando por diversas fases históricas, políticas e econômicas do nosso país. Além disso, sabe-se que algumas

dessas mudanças passadas pela sociedade brasileira podem influenciar o comportamento de alguns de seus setores. Daí a importância de se manter o efetivo policial atualizado sobre como proceder em tais acontecimentos, por exemplo: revoltas, atos constantes de vandalismos, assaltos a agências bancárias, entre outros, os quais constituem eventos extraordinários.

Figura 2: Dificuldades encontradas no desempenho da função policial

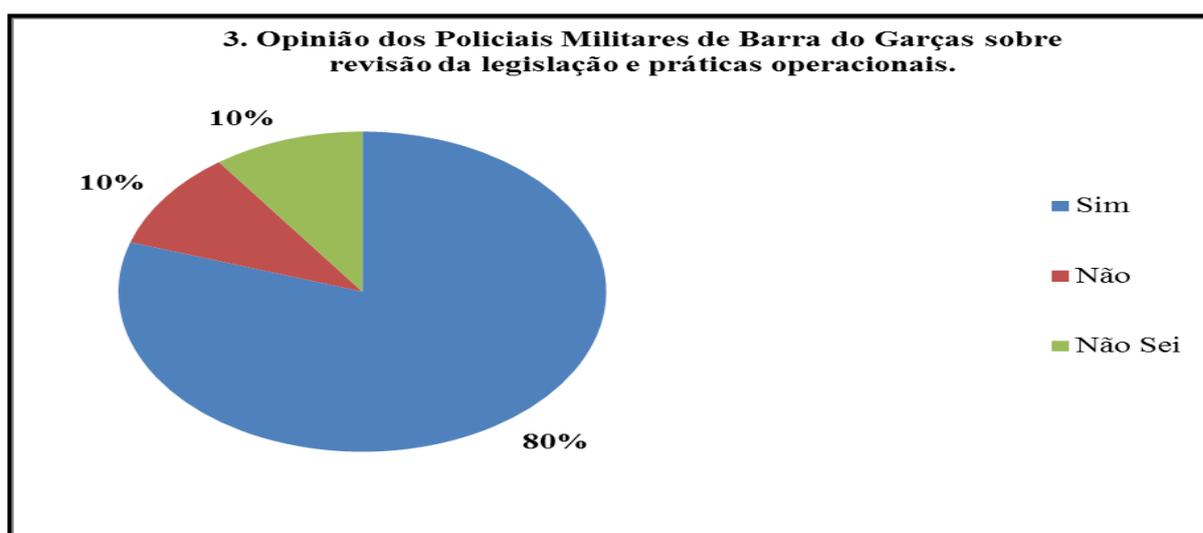


Fonte: Pesquisa de campo.

Apesar das dificuldades que todos nós apresentamos em nosso cotidiano, tendo em vista que não há como ser detentor de todo o conhecimento, mas o percentual de policiais militares que já disseram ter apresentado alguma dificuldade no atendimento das ocorrências é muito grande, ou seja, 90%. E, se verificarmos os tipos de ocorrências mais atendidas por eles, constataremos que sempre são as mesmas: ameaça, furto, perturbação do sossego alheio, lesão corporal leve, injúria e difamação. Contudo, a gama de conhecimentos que o policial sabe e tem que saber é muito vasta, o que requer um constante aperfeiçoamento e atualização sobre aquilo que lhe foi ensinado em seu curso de formação. Somente com esse foco é que teremos policiais militares mais técnicos no desempenho de suas funções.

O policial militar, muitas das vezes, se surpreende com ocorrências que parecem corriqueiras, mas, no fundo, exigem conhecimentos mais aprofundados. E, muitos, na dúvida, levam as partes envolvidas para a delegacia de polícia judiciária civil. Por exemplo, uma guarnição quando chega a uma ocorrência em que houve o cometimento do crime de dano, não raramente, esquece-se ou não sabe que o referido crime é de natureza privada, ou seja, se a vítima do crime não quiser autorizar/representar em desfavor do autor do crime, o policial militar nada poderá fazer nada, pois, como servidor público militar estadual, só deve fazer aquilo que a lei prescreve e, nesse caso, a lei diz que a vítima tem o direito de dar início à chamada persecução penal, isto é, ao processo criminal que poderá levar a condenação o autor do supracitado delito.

Figura 3: Necessidade de revisão na legislação e técnicas policiais



Fonte: Pesquisa de campo.

Como observamos pelo gráfico, 80% dos policiais militares são a favor da revisão, principalmente, no que tange a tiro policial, legislação e técnicas policiais. Foram colocadas apenas essas disciplinas no questionário, pois, em regra, são as mais importantes para o atendimento das ocorrências, conforme foi dito em seções anteriores.

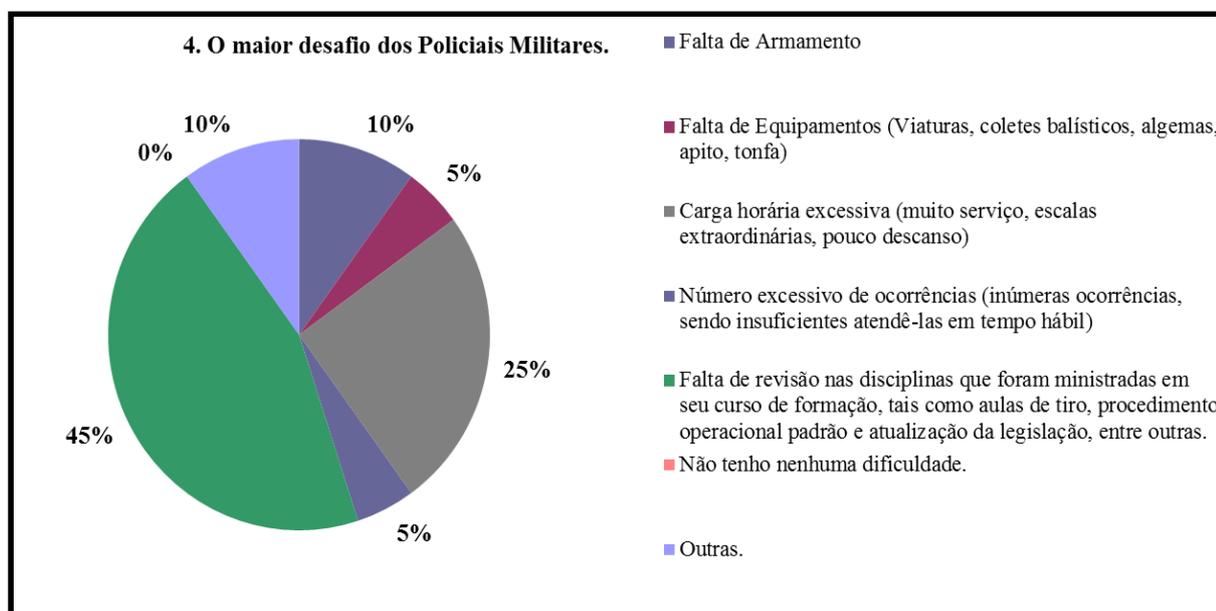
Com a crescente criminalidade na cidade de Barra do Garças - MT, assim como em quase todas as cidades brasileiras, é essencial que o policial militar tenha um excelente conhecimento sobre técnicas policiais e de tiro de defesa à vida para que possa, primeiramente, saber se proteger e prestar proteção satisfatória ao

cidadão, sendo que este como o principal destinatário do serviço, espera um bom desempenho do policial militar.

Como também pelo gráfico, observamos que 10% não concordaram. Obviamente, existem diversos motivos que os levaram a tal afirmação, pois, não poderemos desconsiderar que boa parte dos policiais que são formados apresenta baixo rendimento de aprendizagem e isso com base no pressuposto de que em nosso país o nível de aprendizagem da grande maioria dos alunos é muito baixo. Mas, uma minoria estuda e se dedica a tal ponto que consegue desempenhar suas funções com a qualidade que a sociedade almeja. Esses 10% podem estar incluídos naquela minoria.

E, observamos também que 10% afirmaram que não sabiam. Isso é normal em qualquer pesquisa de opinião, pois, existem muitos que, na dúvida, optam por ficar em uma situação de neutralidade. Apesar de que a pergunta se refere aquilo que o policial faz quase que todas às vezes quando está de serviço. Mas, não poderemos desconsiderar tal alternativa para fins dos nossos objetivos.

Figura 4: Maior desafio no atendimento das ocorrências na cidade de Barra do Garças



Fonte: Pesquisa de campo.

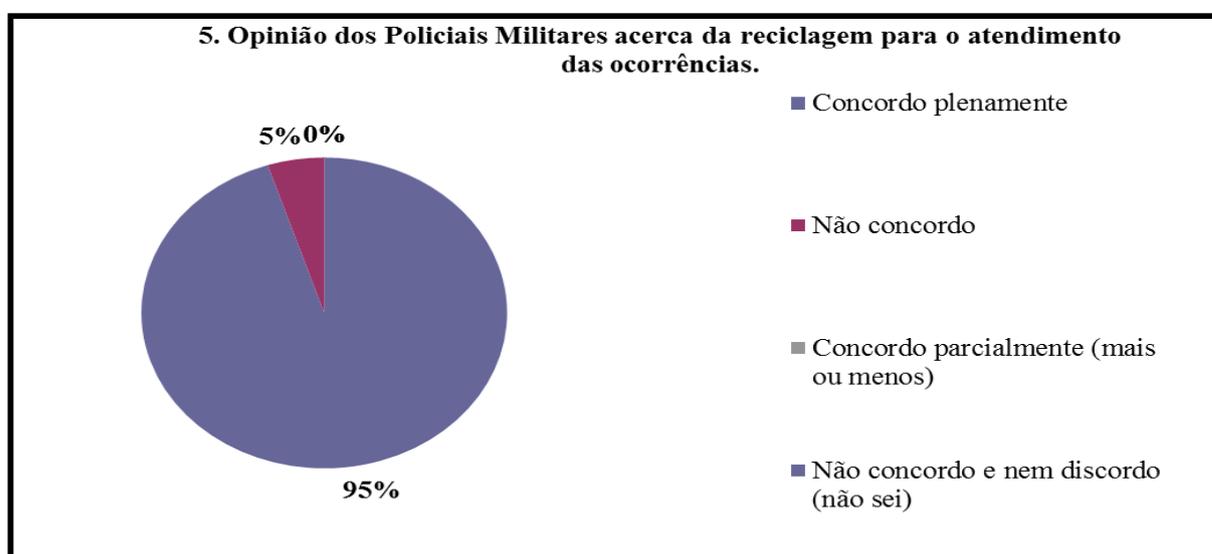
Observamos pelo gráfico acima que 45 % dos policiais militares acreditam que a falta de revisão nas disciplinas que foram ministradas no curso de formação é o seu maior desafio no atendimento das ocorrências policiais. Os policiais militares do

Estado de Mato Grosso não possuem rotineiramente instruções daquilo que lhes foram ensinados. Apesar das inúmeras disciplinas estudadas, o que mais será utilizado, sem considerar fatores de cunho psicológico e emocional, é a preparação técnica (Procedimento Operacional Padrão e treinamento de tiro) e o conhecimento aprofundado da legislação (Constituição Federal, Código Penal e leis penais extravagantes, entre outras normas), já que, por intermédio destas duas áreas do conhecimento, o policial terá maior confiabilidade na sua atuação.

Como se pode inferir também do gráfico, os outros desafios apresentados pelos policiais têm como causas questões que envolvem o planejamento e investimento por parte do governo, tais como: falta de armamento e equipamento, carga horária excessiva e outras.

Daí a premente necessidade de se focar naquilo que é o maior desafio encontrado pelos policiais militares no atendimento das ocorrências na cidade de Barra do Garças - MT: a revisão constante daquilo que ele mais utiliza no seu dia a dia de serviço.

Figura 5: Necessidade de aprimoramento técnico do policial militar



Fonte: Pesquisa de campo.

Quando perguntado aos policiais militares se houvesse uma revisão daquilo que lhes foi ensinado no curso de formação e se isso lhes ajudaria no enfrentamento das dificuldades encontradas no atendimento das ocorrências, observa-se claramente, no gráfico, que houve, de forma geral, unanimidade em concordar que sim. A princípio, parece que a resposta seria categórica, mas, se realmente o policial

não encontrasse nenhuma dificuldade, responderia, em tese, que não concordava, já que aquela falta estava sendo suprida naquele momento, pois, estava se sentido plenamente capaz. Com esse resultado, verifica-se que há grande carência na revisão periódica daquilo que lhes foram ensinados. O resultado de 95% demonstra isso claramente. Apenas 5% não concordaram e ninguém optou pelas outras duas alternativas.

7. ANÁLISE DOS DESAFIOS ENCONTRADOS PELOS POLICIAIS MILITARES E A EDUCAÇÃO CONTINUADA

Partindo do conceito de educação continuada já estudado e debatido em seções anteriores e analisando o questionário que foi respondido pelos policiais militares da Sede do 5º Comando Regional na cidade de Barra do Garças - MT, observamos que as duas situações se complementam.

Um número expressivo de policiais militares que trabalham na cidade de Barra do Garças - MT disse que um dos seus principais desafios no atendimento das ocorrências nessa cidade está relacionado a falta de uma revisão daquilo que lhes foram ensinados quando estavam seu curso de formação. Assim, pelas respostas aos questionários, os policiais afirmaram que esse é o seu maior desafio.

Dessa afirmativa, pode-se inferir que o policial militar é carente dessa retomada de instruções, pois, acredita que aquilo que aprendeu e, devido o decurso do tempo, se esqueceu, é importante para seu trabalho diariamente, pois, como se sabe, devido ao crescimento da criminalidade, o que o policial mais faz, atualmente, é atender ocorrências policiais, quase não tem tempo de fazer o policiamento preventivo, o que deveria ser o rotineiro.

Como dito outrora, a educação continuada é um processo que está em voga e sendo utilizado em vários setores organizacionais, e um dos seus objetivos é aumentar a capacidade de eficiência e eficácia do funcionário. Com isso, observa-se o quanto será importante para a sociedade presenciar policiais militares mais preparados e realizando seu trabalho com maior conhecimento técnico e jurídico.

A educação continuada é uma prática muito difundida na área da medicina, tendo em vista que trabalhar com vida é questão de extrema

responsabilidade. De forma semelhante, sabemos que o policial militar também lida todos os dias com vidas e com pessoas de diversas classes sociais. Desde uma simples informação prestada a cidadãos até um assalto a banco, a qual é uma ocorrência complexa, o policial terá que atendê-las. Por isso, o seu treinamento também tem de ser constante, pois, basta uma ação do policial, e este pode matar ou salvar alguém, já que detém uma arma letal.

Como visto e discutido, o conceito geral de educação continuada não é difícil de assimilar. Apesar das dificuldades que os policiais militares apresentam no dia a dia, por exemplo, como uma escala de serviço de doze horas ininterruptas, é possível, durante esse mesmo serviço, realizar a educação continuada, o que não prejudicará a folga do policial, pois, estará dentro da sua jornada de trabalho. Mas, essa sugestão, está relacionada apenas a questões de planejamento, organização e aplicação.

Portanto, considerando que o maior desafio dos policiais militares da Sede do 5º Comando Regional no atendimento das ocorrências policiais na cidade de Barra do Garças - MT é a falta de revisão das disciplinas que lhes foram ministradas em seu curso de formação, tais como aula de tiro, procedimento operacional padrão e atualização da legislação, a aplicação da educação continuada, com fundamentos nos conceitos apresentados, supriria, desconsiderando outros fatores que podem influenciar nessas questões, essa ausência e, também, em consequência, traria melhorias para a sociedade e para o próprio policial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da necessidade de se estudar os principais desafios encontrados pelos policiais militares da Sede do 5º Comando Regional no atendimento das ocorrências na cidade de Barra do Garças - MT, buscou-se verificar se o principal desafio estava relacionado à falta de uma revisão das disciplinas que foram ministradas aos referidos policiais militares em seu curso de formação.

Num primeiro momento, apresentamos os aspectos históricos sobre a cidade de Barra do Garças - MT, a qual é Sede do 5º Comando Regional e apresenta

uma população, de acordo com a realidade dos municípios mato-grossenses, bem significativa e ocupa lugar de destaque na região Leste do Estado de Mato Grosso.

Ato contínuo, de forma sintética, foi verificado qual é a atribuição constitucional da Polícia Militar e, logo após qual a norma legal que define a missão dessa Instituição, bem como alguns aspectos no qual isso implica.

Por conseguinte, foram apresentados quais os principais desafios que os policiais militares frequentemente demonstram no exercício de sua profissão, alguns de ordem prática e outros poucos de ordem psicológica. E que, de forma geral, os policiais militares, depois de formados, sem desconsiderar outros fatores de cunho subjetivo, trabalham no atendimento das ocorrências, principalmente, com o uso técnicas policiais, aplicação da legislação pátria e tiro defensivo à vida.

Logo após, foram apresentados os conceitos de educação continuada e quais seus benefícios para algumas organizações que a adotam para o seu público interno. Dentro dessa perspectiva, alguns autores foram citados para subsidiar no que concerne aos objetivos e finalidades da educação continuada.

Por conseguinte, vimos algumas ferramentas que podem ser utilizadas na consecução da educação continuada e verificamos que, de forma geral, várias das ferramentas educacionais podem ser utilizadas para seu início e desenvolvimento.

Para que pudéssemos alcançar os objetivos desta pesquisa, foi aplicado um questionário como técnica de coleta de dados aos policiais militares do serviço operacional da cidade de Barra do Garças - MT, cujos resultados foram: 65% possuem mais de 10 anos de serviços prestados; 90% dos policiais militares pesquisados afirmaram já ter alguma dúvida no atendimento de ocorrências sobre o correto emprego da legislação ou emprego de técnicas policiais. E 80% acreditam que se houvesse revisão das técnicas policiais, aulas de tiro e da legislação teriam se saído melhor no atendimento das ocorrências, bem como, dentre outros desafios, 45% acreditam que essa falta de revisão é o maior desafio enfrentando por eles no atendimento das ocorrências.

Dentro daquilo que propusemos como hipótese desta pesquisa, apresentamos que 45% dos policiais militares responderam que o maior que desafio que enfrentam no atendimento das ocorrências na cidade de Barra do Garças - MT é a falta de uma revisão daquilo que lhes foram ensinados nos cursos de formação,

principalmente, no que tange as práticas operacionais, tiro defensivo à vida e revisão da legislação. Houve número significativo de policiais militares que acredita que o maior desafio seja o excesso da carga horária (25%), a falta de armamento (10%), número excessivo de ocorrências (10%), entre outros, mas, como dito acima, não é o principal.

Após esse resultado, verificamos o quanto seriam importantes a aplicação e desenvolvimento da educação continuada aos policiais militares da cidade de Barra do Garças - MT, pois, a partir do conceito ora apresentado, observamos que haveria uma melhoria significativa na eficiência do serviço policial e serviria de parâmetro para os outros comandos regionais.

Assim, finalizando este trabalho de pesquisa, deixamos a proposta que, assim como em outras organizações públicas ou privadas, que a educação continuada possa ser utilizada como ferramenta de melhoria na prestação do serviço dos policiais militares da cidade de Barra do Garças - MT. A Polícia Militar está presente em todos os municípios do Estado de Mato Grosso e o policial militar é reflexo daquilo que o Estado tem de melhor para prestar à sociedade. Um policial capacitado, instruído e educado, sem dúvida, prestará um excelente serviço para a comunidade.

E, a Constituição Federal de 1988, claramente, em seu art. 37, caput, elencou como um dos princípios da Administração Pública Direta e Indireta, o da eficiência. Assim, não se está fazendo nada mais do que aquilo que está previsto na Carta Maior e que deve ser evidenciado, também, na conduta do policial militar da cidade de Barra do Garças - MT quando solicitado.

Assim, dentro do que foi estudado, também sugerimos que possa ser utilizado como ponto de apoio para o estabelecimento da educação continuada, tendo em vista a diminuição de custos, facilidade de acesso, regramento, economicidade, entre outros aspectos importantes, a utilização do sistema moodle, o qual adota o método EAD para o ensino-aprendizagem e que, inclusive, tem sido utilizado pelo Centro de Formação de Praças da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso - CFAP.

REFÊRENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEXANDRINO, MARCELO. **Direito Administrativo Descomplicado/Marcelo Alexandrino, Vicente de Paulo.** - 21. ed. rev. e atual. - Rio de Janeiro: Forense; Método, 2013.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Senado Federal. Disponível em: <<http://planalto.gov.br>>. Acesso em: 11/06/2016.

_____. Lei 5.172 de 25 de outubro de 1966. Dispões sobre o sistema tributário nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios. Disponível em:< <http://www.planalto.gov.br.htm>>.

_____. Decreto 88.777 de 30 de setembro de 1983. Aprova o regulamento para as polícias militares e corpos de bombeiros militares (R-200). **Diário Oficial da União.** Brasília, 4.10.1983.

CHRISTOV, Luiza Helena da Silva. **Educação Continuada: Função essencial do coordenador pedagógico.** In: SARMENTO, Maristela Lobão de Moraes, et. al. O coordenador pedagógico e a educação continuada. São Paulo: Ed. Loyola, 1998.

DILLY, C. M. L. e JESUS, M. C. P. Processo educativo em enfermagem; das concepções pedagógicas à prática profissional. São Paulo: Robe Editorial, 1995.

FREIRE, Paulo, pedagogia da autonomia: **Saberes Necessários a Prática Educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FRIGOTTO, G. **Tecnologia, Relações sociais e Educação.** Revista Tempo Brasileiro. Rio de Janeiro. Abril. Nº 222. p. 89, maio 2009.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Normas de Apresentação Tabular.** 3. ed. Rio de Janeiro: 2016. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br>. Acesso em: 18/06/2016

FURASTÉ, Pedro Augusto. Normas Técnicas para o **Trabalho Científico: explicitação as Normas da ABNT.**15. Porto Alegre: Dáctilus Plus, 2015.

LAZZARINI, Álvaro. Da segurança pública na Constituição de 1988, **Revista de Informação Legislativa.** Brasília, ano 26, n/ 104, out./dez., 1989, p. 235-6.

MARIOTI, Humberto. **Organizações de Aprendizagem: Educação Continuada e a empresa do futuro.** São Paulo: Atlas. 1999. 2ª Edição. Revista e atualizada.

MATO GROSSO. **Lei Complementar nº 555, de 29 de dezembro de 2014**. Dispõe sobre o Estatuto dos Militares do Estado de Mato Grosso. Disponível em: <https://www.pm.mt.gov.br>. Acesso em 11/06/2016.

MOREIRA NETO. **Revista de Informação Legislativa** n. 97, 1988.

SILVA, M. J. P. et al. **Educação continuada: estratégias para o desenvolvimento do pessoal de enfermagem**. Rio de Janeiro: Marques - Saraiva, 1989.

UNIFAP. **Relatório de Gestão do exercício de 2009**. Macapá: UNIFAP, 2010.

ZAYAS, E.L. (Org.). **O Paradigma da Educação Continuada**. Porto Alegre: Penso, 2012. 176p.